

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AS REPRESENTAÇÕES DO PROTAGONISMO INDÍGENA FEMININO NA LONGA DURAÇÃO: DAS CRÔNICAS QUINHENTISTAS AOS MANIFESTOS DE *CURA DA TERRA*

Andressa Inácio de Oliveira¹

*“o historiador deve ‘dar ouvidos’ ao que o Outro fala,
abandonando, assim, uma postura autoritária de tentar
ser o porta-voz de quem quer que seja”*
(SILVA & SILVA, 2010)

O PROTAGONISMO FEMININO NAS CRÔNICAS QUINHENTISTAS

O conjunto de crônicas de viagem do século XVI expõe representações diversas sobre os povos indígenas da América. A miríade de perspectivas, narrativas e discursos tem origem na variedade dos olhares lançados às terras e populações nativo-americanas por cronistas e viajantes filiados a distintas parcialidades político-religiosas da Europa (CUNHA, 1990; WHITEHEAD, 2012). Esta história de pontos de vista permite entrever o complexo quadro de significações culturais e operações simbólicas engendradas na representação do cenário inicial das relações interétnicas entre o Velho e o Novo Mundo (BELUZZO, 1996; VOIGT & BLANCOFORT, 2014).

Partindo de uma interpretação não-ibérica e não-católica, os relatos dos mercenários germânicos Hans Staden (1557) e Ulrich Schmidl (1567) guardam informações preciosas sobre os povos tupinambá do litoral atlântico e guarani da bacia platina.² As representações e descrições decorrentes destas crônicas perduraram no imaginário sobre as primeiras imagens sobre o corpo-território dos povos nativos da América. Na análise do texto-imagem das crônicas é possível observar a atuação protagonista das mulheres nativas representadas em diversas dimensões.³

¹Bolsista da CAPES de Mestrado em História pelo PPGH-IHT da Universidade Federal Fluminense, andressainacio@id.uff.br

²STADEN, Hans [1557]. *História Verdadeira e Descrição de uma Terra de Selvagens, Nus e Cruéis Comedores de Seres Humanos, Situada no Novo Mundo da América*; SCHMIDL, Ulrich [1567]. *História Verdadeira de uma Viagem Curiosa* feita por U. Schmidel, como traduzidos os títulos originais.

³Responsáveis pela provisão alimentar e domesticação dos cativos para o ritual antropofágico bem como mediadoras do acesso à riqueza dos recursos humanos e naturais, as mulheres nativas foram protagonistas históricas na história das relações interétnicas na América do início do século XVI. Por meio das dicotomias produtivo/reprodutivo e material/imaterial, seus trabalhos foram representados em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desde o século XVI, as informações visuais e textuais destas crônicas foram traduzidas e interpretadas em diferentes contextos editoriais, artísticos e intelectuais. Transposições de estereótipos com viés masculino e etnocêntrico foram constantes nas interpretações contemporâneas até o final do século XX (NAVARRO-SWAIN, 1996; FERNANDES, 1996). Na virada para o terceiro milênio, contribuições nascidas das tensões da fronteira entre Antropologia e História, em especial dos estudos sensíveis à utilidade das categorias gênero (SCOTT, 1989) e etnia para a análise histórica (OLIVEIRA, 1999; MONTEIRO, 2001), romperam com a naturalização destas transposições. Novas perspectivas foram inauguradas nos rumos de uma História das mulheres indígenas e das relações interétnicas de gênero.

Sobre o contexto de colonização ibérica da América platina, alguns estudos complexificaram o olhar lançado sobre as crônicas de viagem quinhentistas. Novos caminhos críticos interseccionaram as histórias indígena e das mulheres em interpretações transnacionais. Assim, aferiu-se que as mulheres indígenas foram fundamentais para a construção das sociedades coloniais ao longo do século XVI da costa brasileira à bacia platina (GARCIA, 2018; 2019). Elas foram responsáveis desde a provisão alimentar até a manutenção da tessitura social e das estruturas cerimoniais nativas. Além disso, na condição de mediadoras (culturais, biológicas e representacionais) foram centrais para a criação de redes de reciprocidade entre os mundos nativos e europeus (METCALF, 2005; EL JABER, 2001; GARCIA, 2015).

O OLHAR MASCULINO DE CRONISTAS, ARTISTAS E ESTUDIOSOS

O conhecimento sobre os povos da *terra brasilis* passa a divergir, a partir de meados do século XVI, entre duas linhas interpretativas: uma que passa entre autores ibéricos ligados diretamente à colonização e não-ibéricos ligados ao escambo; e outra entre os escritos catalisados pelas guerras de religião da Europa, separando autores com viés católico daqueles com olhar protestante (CUNHA, 1990, p. 92-95). Os dois cronistas aqui analisados se inscrevem neste segundo conjunto. O hessiano Hans Staden e o bávaro Ulrich Schmidl, ambos protestantes a serviço das Coroas Ibéricas, transitaram pelo

detalhes nas crônicas de Staden e Schmidl. Debrucei-me sobre esta iconografia em: INÁCIO DE OLIVEIRA, 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

território americano em torno do Trópico de Capricórnio entre 1534 e 1554.⁴ Suas crônicas são contemporâneas dos relatos do franciscano André Thévet, do protestante Jean de Léry (ambos franceses) e do Adelantado espanhol Álvar Núñez Cabeza de Vaca.⁵ Ao final do século, todas estas narrativas foram compiladas em diferentes volumes da coleção *India Occidentalis* do huguenote flamengo Theodore de Bry, prolífico gravurista e propagandista da época.⁶

O protagonismo feminino, latente nas xilogravuras do livro de Hans Staden [FIGURA 1], ganhou tons espetaculares na posterior reelaboração de Theodore de Bry. Talhadas em cobre, as calcografias de *Americae Tertia Pars* (1592) integram as chamadas “Cenas de Antropofagia do Brasil”⁷ [FIGURA 2]. Em grande medida, tais cenas veicularam o estereótipo das “mulheres canibais” no imaginário sobre as primeiras imagens das terras brasílicas. O conjunto derivou-se de uma tradução imagética criada para responder às demandas editoriais europeias do final do século XVI, nas quais a antropofagia configurou-se como “um tema quase obsessivo”, não só angariando popularidade, mas também operando grandes cismas intelectuais e religiosos (CUNHA, 1990, p. 108).

Quatro séculos depois, há quem se obcecou, igualmente, pela temática da antropofagia, como o movimento modernista, vide o *Manifesto Antropofago* de Oswald de Andrade (1928); ou como demonstra a popularização do livro de Hans Staden via as reedições feitas por Monteiro Lobato (1925, 1926, 1927 e 1945). Também no século XX, a rusticidade das xilogravuras originais foi retomada pelos traços de Cândido Portinari

⁴Staden nasceu por volta de 1525 em Homberg (província de Hesse) e Schmidl por volta de 1510 em Straubing (na Baviera), ambos lugares atualmente na Alemanha. Schmidl percorreu partes do litoral brasílico e bacia platina, região dos recém fundados núcleos espanhóis de Buenos Aires e Asunción, entre 1535 e 1554. Staden naufragou na ilha de Santa Catarina no ano de 1550 e, depois, centrou-se na província portuguesa de São Vicente até 1555, nas regiões do Forte de Bertioga e aldeia tupinambá de Ubatuba.

⁵THÉVET, A. Les singularitez de la France Antarctique [1557] ; LÉRY, J. Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil [1578s] e CABEZA DE VACA, A. Naufragios y Comentarios [1555].

⁶Publicada entre 1590 e 1634, a narrativa de Hans Staden apareceu em seu terceiro volume, *Americae Tertia Pars* (1592), e o relato de Ulrich Schmidl, no sétimo, *Das VII. Theil Americae* (1597), traduzido para o latim em 1599. Disponível em Collection De Bry. Consultado em mar. 2021.

⁷Compilada na *Brasiliana Iconográfica*, pode ser acessada em: Theodore de Bry e as primeiras imagens do Brasil. Consultado em mar. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

[FIGURA 3].⁸ Este artista privilegiou a representação do trabalho feminino na produção do *cauim*, em vez da antropofagia [FIGURA 4].⁹ As pinturas de Portinari (1941) só foram publicadas em 1998, sob os auspícios do 5º Centenário do Brasil.¹⁰

No livro de Hans Staden, as descrições e imagens sobre o papel das mulheres na sociedade tupinambá transbordam o estreito viés das “Cenas de Antropofagia”. Entretanto, as representações para além do repasto antropofágico, como aquelas associadas ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres indígenas, foram excluídas ou diminuídas em *America Tertia Pars* (1592). Em certa medida, o afunilamento das imagens, motivado por filtros ideológicos e pressões editoriais, foi transposto nas posteriores reedições do livro que privilegiaram as espetaculares gravuras de De Bry, em vez das rústicas xilogravuras originais (WHITEHEAD, 2008).

No final do século XX, a hipótese do hiperdimensionamento do papel feminino no ritual antropofágico tupi (engatilhada pela análise das gravuras de De Bry), proposta pelo historiador Ronald Raminelli (1994; 1997), foi debatida pelo antropólogo João de Azevedo Fernandes (1996; 2003). A temática revelou um descompasso entre estudos historiográficos e antropológicos.¹¹ Em conclusão ulterior, Fernandes afirmou que: se por um lado, a interpretação historiográfica atestou o exagero do papel nativo feminino com base no estereótipo misógino dos artistas europeus do século XVI; por outro, o abrandamento etnocêntrico do protagonismo das mulheres indígenas pode ter sido originado na reprodução acrítica da “visão androcêntrica” de consagrados etnólogos do século XX (FERNANDES, 2003, p. 151).¹²

⁸Datadas de 1941 as pinturas de Portinari foram publicadas somente em 1998 no livro que uniu as obras artísticas ao relato da “História Verdadeira” em *Portinari devora Hans Staden* (1998). As imagens encontram-se disponíveis no Portal Portinari. Consultado em mar. 2021.

⁹Caium é a bebida tupinambá feita da fermentação da mandioca cuja produção material e utilização ritualística são fortemente relacionadas ao papel social e metafísico das mulheres (FERNANDES, 2001)

¹⁰STADEN, H. *Portinari Devora Hans Staden* (1998). Segundo Luciana Villas Bôas, uma razão para o longo esquecimento das imagens pode ser encontrada em sua capacidade de desordenação do olhar nacional e formação de uma contramemória sobre o passado colonial (VILLAS BÔAS, 2016, p. 123).

¹¹Que girava em torno do acordo ou discordância sobre: o caráter etnográfico das crônicas quinhentistas, o anacronismo das leituras etnológicas contemporâneas e a possibilidade da análise do papel das mulheres indígenas na longa duração.

¹²Fernandes assinala que Raminelli, ao tentar se livrar dos males do anacronismo e ponderar a misoginia intrínseca das fontes, acabou por reproduzir traços semelhantes aos das leituras de Alfred Métraux e Florestan Fernandes – que desconsideraram, em grande medida, o papel das mulheres como protagonistas das sociedades tupinambá.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outra reprodução que foi frequente na historiografia das crônicas coloniais é a transposição indevida tanto das filiações coloniais ao presente, quanto dos limites nacionais contemporâneos ao passado (KALIL, 2008). Neste sentido, Staden e Schmidl, ambos de origem germânica e fé protestante, foram ora preteridos nas historiografias ibero-americanas em detrimento daqueles cronistas ligados mais diretamente às Coroas Ibéricas e à Igreja Católica; ora compartimentados entre as historiografias brasileiras, argentina e paraguaia como cronistas nacionais (KALIL & MARTINS, 2020). Tais fatos, certamente atravancaram o aproveitamento da prolificidade dessas fontes para a análise do protagonismo feminino indígena em perspectiva histórica.

Da mesma maneira que as noções de pertencimento e nacionalidade tomavam no passado colonial formas distintas daquelas que conhecemos hoje (HERZOG, 2003), as práticas culturais e relações de gênero funcionavam diferentemente nas sociedades indígenas e europeias (NAVARRO, 1996; GARCIA, 2015). Nas representações e análises sobre as relações interétnicas da América do início do século XVI, o olhar masculino leu submissão onde havia liberdade, dominação onde havia desejo e hiperdimensionamento dos papéis sociais onde havia protagonismo. No século XXI, sabe-se que estas relações eram mais matizadas do que pensaram Florestan Fernandes, Gilberto Freyre ou Sérgio Buarque de Hollanda no século XX. Outrossim, iniciativas interdisciplinares entre Antropologia e História cresceram e se multiplicaram gerando novas histórias indígenas contadas no feminino.

DICOTOMIAS CAMBIÁVEIS E MUNDOS INVERTIDOS

Em meados do século XVI, Ulrich Schmidl e Hans Staden viveram contextos em que a situação de autonomia indígena era mais potente do que o jugo colonial. Por vezes enquadrados na condição de vítimas da atuação nativa, seus pontos de vista “de baixo pra cima”, alheios às lealdades ibéricas e críticos ao catolicismo, permitem entrever situações curiosas (OBERMEIER, 2019).

Hans Staden foi cativo dos tupinambá da aldeia de Ubatuba por nove meses do ano de 1554. Em sua “narrativa de salvação miraculosa” (VILLAS BÔAS, 2010, p. 144), o hessiano narrou como as mulheres foram suas algozes e agentes de sua domesticação [FIGURA 5], tal qual o conjunto de ações de tornar conhecido aquilo que é estranho, cujo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ato derradeiro é o ritual antropofágico. Imbricadas nesta dinâmica cultural nativa, estavam as atividades de provimento alimentar [FIGURA 6], de regulação das cauinagens [FIGURA 7] e produção material ritualística [FIGURA 8]. Todas estas formas de trabalho eram realizadas pelas mulheres (FERNANDES, 2001; 2003).

No entorno das ecorregiões do Pampa, Chaco e Pantanal, territórios hostis ao intruso europeu, Ulrich Schmidl relata um roteiro de fome, miséria e perigos constantes. Um estrangeiro dentre os guarani só poderia encontrar oásis na figura das mulheres nativas [FIGURA 9], cujos corpos empossavam o cobiçado acesso à abundância material e prestígio social (EL JABER, 2008). Diferentemente das representações que alimentaram as “Cenas de Antropofagia no Brasil”, o relato de Ulrich Schmidl descreve, no ano de 1536, um outro tipo de “festim canibal”. Àquela altura, Buenos Aires delineou-se um mundo invertido ao que viria a ser Ubatuba: em vez de “índias canibais” o que se viu foram “espanhóis canibais” [FIGURA 10].

Tanto no caso de Staden, quanto é Schmidl é nítido que seus destinos e suas sobrevivências dependeram, consideravelmente, das escolhas e ações nativas femininas, isso de acordo com as estratégias de alianças, os sistemas de vinganças e os desejos coletivos de seus grupos étnicos.

Se pensarmos na relação entre as interpretações de Staden e Schmidl frente aos mundos nativos, à contra luz da conhecida dicotomia tupi/tapuia cunhada no século XVI (MONTEIRO, 2001), é possível perceber que o protagonismo feminino foi gravado em suas retinas com imagens bem distintas daquelas posteriormente representadas, por exemplo, por Albert Eckhout em “Mulher Tupi” e “Mulher Tapuia”(1641). Entre o paraíso e o inferno da extrema alteridade étnica, os sujeitos europeus conheceram outras dinâmicas de gênero e convenções de gentilidade/rusticidade (CARDIM, 2019).¹³ As representações elucidadas anteriormente deslocam o eixo entre exterioridade e interioridade ao domínio colonial sintetizado na tríade dicotômica tupi/tapuia, cristão/bárbaro e civilizado/selvagem. A grosso modo, nas situações aqui estudadas, as mulheres antropófagas tupinambá eram todas “tapuia”. Alguns espanhóis eram canibais,

¹³Refiro-me aos estatutos de “rústico” e “gentio” circunscritos às jurisdições europeias e aplicadas às populações indígenas da América pelas Coroas Portuguesa e Castelhana, como demonstra Cardim.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sendo duplamente católicos e selvagens. Além disso, os destinos europeus tinham possibilidades de serem os de vítimas, em vez de conquistadores.

AUTO-REPRESENTAÇÕES E MANIFESTOS PROTAGONISTAS

*“Não sou violência,
Ou estupro
Eu sou história
Eu sou cunhã
[...]
E os cânticos que outrora cantava
Hoje são gritos de guerra
Contra o massacre imundo”
(POTIGUARA, 2004)*

A resignificação do passado colonial, latente nas palavras da escritora indígena Eliane Potiguara, toma forma metalinguística de liberdade de expressão. Em sentido análoga, o documento final da I Marcha Das Mulheres Indígenas (2019) afirma: *“Nossas vozes já romperam silêncios imputados a nós desde a invasão do nosso território”*. Naquela ocasião, cerca de 2500 mulheres marcharam sobre Brasília com a campanha *Território: nosso corpo, nosso espírito*. As protagonistas manifestaram sua demanda de representatividade nos espaços políticos, dentro e fora das aldeias, em prol da implementação de seus direitos. Também, alertaram: *“Não basta reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras. Nossos corpos e nossos espíritos têm que estar presentes nos espaços de decisão”*. (I MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019)

A coletividade de mulheres indígenas, reunidas em assembleia, assinaram demandas de “representação”, “poder de luta” e “decisão”. Potentes e inequívocas, as reivindicações vinham lado a lado da afirmação de responsabilidades coletivas, como as ações de “plantar”, “transmitir” e “transcender”. O “partilhar” figurou como instância de grande importância, especialmente no que tange ao compartilhamento de conhecimentos ancestrais e do protagonismo de luta: dizem estar *“juntas e em pé de igualdade com os homens”*. Representatividade, reivindicações e responsabilidades congregaram-se nas pautas daquela mobilização que tinha como objetivo último a garantia do cuidado com os territórios nativos, em suas esferas “terra”, “corpo” e “espírito”(Idem).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19, em especial pela luta dos povos indígenas do Brasil na contenção da disseminação do vírus em suas comunidades e territórios (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2020). Por meio de seus trabalhos de “*sustentabilidade da vida humana*” (CARRASCO, 2003), as mulheres indígenas tomaram a frente das barreiras sanitárias e das campanhas de apoio mútuo entre as diversas etnias. Tanto que marcharam novamente, mas desta vez, em escala global e na internet. Na ocasião do Dia Internacional das Mulheres Indígenas e Dia Internacional da Amazônia, 05 de setembro de 2020, elas promoveram o I Encontro Global de Mulheres Indígenas. Duas centenas de mulheres participaram do evento, sendo elas lideranças indígenas provenientes de mais de uma centena de etnias de diversos países. Foram discussões centrais a emergência climática, o ecocídio e o genocídio dos povos indígenas agravado pela pandemia. Além do Manifesto Cura da Terra, uma série de vídeos foi lançada, trazendo reflexões de cinco protagonistas sobre a temática do encontro. Dissertaram Watatakalu Yawalapiti, Maria Leonice Tupari e Sônia Guajajara, do bioma da Amazônia, bem como Célia Xakriabá e Tsitsinã Xavante, do Cerrado.

Sônia Guajajara afirmou que o objetivo comum era “*contar uma nova história*” mediante uma multiplicidade étnica e transnacional de mulheres. (GUAJAJARA, 2020, 1'59"- 2'21") Tsitsinã Xavante, reconhecendo as marcas da violência sexual na história das mulheres indígenas, aconselhou a aceitação da “*dura realidade*” seguida da tentativa de mudança, a partir daí, da História do Brasil (XAVANTE, 2020, 0'32"-0'52"). Célia Xakriabá ressignificou tais marcas, apontando para o protagonismo feminino indígena. Segundo ela, “*apenas quem tem cicatrizes profundas sabe o remédio que cura*”. A rememoração destas marcas deve se dar, não para lembrar da dor, mas “*para entender a possibilidade e os caminhos de cura*”. (XAKRIABÁ, 2020, 1'38"-1'54").

As ações de tecimento de histórias alter-*nativas*, em prol da cura das cicatrizes coloniais, alia-se ao manejo das memórias do passado por meio do verbo “*transcender*”. Entretanto, apesar de se inscrever neste âmbito, o processo de cura proposto não inclui o esquecimento dos males que causaram as cicatrizes do passado e que ainda causam feridas no presente. Pelo contrário, a transcendência dos males requer que as curandeiras saibam identificá-los muito bem, tais quais, a violência de gênero, o etnocídio e a destruição ambiental da ganância selvagem. Neste sentido, frente a destruição dos biomas nativos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

da América em meio a pandemia de COVID-19, Watatakalu Yawalapiti afirma: *“dizem que antigamente já aconteceu tudo isso, né? Essa destruição toda. Taí, vai destruir tudo de novo. É o homem que tá destruindo, o caraíba que tá destruindo. Tudo porquê? Por causa do dinheiro”* (YAWALAPITI, 2020, 0'44" -1'03"). Como contra-ataque à destruição, propõe-se um tipo de cura que reitera o protagonismo feminino:

"nós somos a cura, porque os filhos que a gente vai trazer, a futura geração, é a gente que tem que cuidar, as mulheres do mundo inteiro [...] as mulheres que [...] respeitam a floresta, respeitam a cultura indígena. Isso é uma forma de cura [...] nós jovens que temos que defender esse planeta" (YAWALAPITI, 2020,1'46"-2'16")

Maria Leonice Tupari também fala sobre respeito, mas em relação às mulheres: *“porque é de nós que surge a vida”*, diz ela. Frente a emergência climática, reafirma-se a capacidade e o protagonismo indígena feminino na cura da terra salientando, entretanto, que o processo deve ter uma ampla inclusão e participação de outros povos, uma vez que ela necessita da ajuda de todos e todas: *“junto com nossos pajés, nós temos sim como curar, mas isso [...] depende também da sociedade não-indígena”* (TUPARI, 2020, 0'20"-1'50").

A noção de pertencimento à terra, a ação de encarar a face anunciada da extinção e o reconhecimento de si como parte do processo de sobrevivência a este desafio global: estas são experiências as quais os povos indígenas vivem e viveram em seus mais de 500 anos de história de resistência étnica. Agora, por meio de suas mediadoras culturais, convidam o mundo não-indígena a também se incluir como parte do processo de Cura da Terra.

Frente a iminência da morte, a capacidade de gerar vida e de cuidar dela é celebrada. A figura da “mãe terra” como instância coletiva e matriz comum, bem como a importância tanto do trabalho de maternidade (FIGURA 11), quanto do trabalho de cuidado da comunidade étnica e dos territórios nativos - características marcantes do *Manifesto de Cura da Terra* (2020)- foram objetos centrais do *Manifesto das primeiras brasileiras* (FIGURA 12).

Este documento, lançado no dia 8 de março de 2021, Dia Internacional das Mulheres, com o título *As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena*, historicizou o processo de lutas, marcos e eventos do passado recente do movimento de mulheres

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

indígenas do Brasil. A reconstituição histórica exposta culmina na criação da *Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade* (ANMIGA), entidade fundada com o manifesto. Delineou-se, uma vez mais, a unicidade da figura da mãe-terra mas, por outro lado, ressaltou-se a pluralidade individual inscrita na coletividade das “mulheres indígenas”:

“Somos muitas, somos múltiplas, somos mil-heres, cacicas, parteiras, benzedoras, pajés, agricultoras, professoras, advogadas, enfermeiras e médicas nas múltiplas ciências do Território e da universidade. Somos antropólogas, deputadas e psicólogas. **Somos muitas transitando do chão da aldeia para o chão do mundo**” (MANIFESTO DAS PRIMEIRAS BRASILEIRAS, 2021)[grifo meu]

Frente à emergência climática e ao genocídio pandêmico, estas “mil-heres” manifestaram-se como agentes centrais para o processo de Cura da Terra, ao se assumirem mediadoras entre-mundos local e global, de múltiplos papéis protagonistas. Tal manifesto inscreve-se dentro do acúmulo de mobilizações nacionais operadas, com mais força, desde o ano de 2016 e inseridas no contexto das edições anuais do Acampamento Terra Livre (ATL), realizado em Brasília, por volta do mês de abril, desde o ano de 2004.¹⁴ Dentro dessa demarcação, podemos listar uma série de eventos inéditos e alguns respectivos documentos e manifestos:

- ▣ 2016 - I Plenária de Mulheres Indígenas no 13º Acampamento Terra Livre (ATL);
- ▣ 2017 - I Conferência Livre de Saúde das Mulheres Indígenas no 14º ATL: Carta das mulheres;¹⁵
- ▣ 2018 - Projeto Voz das Mulheres Indígenas (Organização das Nações Unidas): “Pauta Nacional das Mulheres Indígenas;¹⁶
- ▣ 2019 - I Marcha de Mulheres Indígenas: “Território nosso corpo, nosso espírito”;
- ▣ 2020 - I Encontro Global de Mulheres Indígenas: “Manifesto de Cura da Terra”;
- ▣ 2021 - Fundação da ANMIGA: “Manifesto das primeiras brasileiras”;

¹⁴As mulheres indígenas do Brasil têm se articulado por meio de organizações locais e nacionais desde 1987, sendo a maioria destas (33) criadas entre os anos 2000 e 2009 como aponta o levantamento do Instituto Socioambiental (ISA): “Organizações de Mulheres Indígenas no Brasil: resistência e protagonismo”, 05 de Agosto de 2020. Consultado em mar. de 2021

¹⁵Privilegiou-se aqui o gênero manifesto, portanto, limito-me a apontar a referência: I CONFERÊNCIA LIVRE DE SAÚDE DAS MULHERES INDÍGENAS. Carta das Mulheres reunidas na 1o Conferência Livre de Saúde das Mulheres Indígenas. 24 de abril de 2017. Consultado em mar. de 2021.

¹⁶O projeto, implementado pelo setor Mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU), coletou durante um ano e meio demandas e propostas junto às lideranças indígenas para constituir uma pauta nacional comum das mulheres indígenas brasileiras. Não foi possível engajar neste material por conta da extensão de análise que demandaria. VOZ DAS MULHERES INDÍGENAS. Pauta das Mulheres Indígenas. ONU Mulheres. 2018. Consultado em mar. de 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Uma força inédita que perpassa estes manifestos protagonistas é a potência da autorrepresentação. Tal noção pode ser entendida como o modo pelo qual sujeitas apresentam tanto uma auto-imagem construída sobre si mesmas, quanto um ponto de vista particular sobre o mundo a sua volta (GONÇALVES & HEAD, 2009). Quando articulada com a realidade social, tal abstração pode ser caracterizada como “práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 1990, p. 23).

Diferentemente das representações operadas pelas crônicas coloniais, em que a construção do discurso se dá por meio da separação entre sujeito que representa e objeto representado (CERTEAU, 1990); nos manifestos do século XXI, as mulheres indígenas tornaram-se produtoras de discursos sobre si mesmas e sobre o mundo, em absoluta autonomia e diversidade. Transcendentalmente, releem seu passado, agem no presente e lançam perspectivas sobre o futuro. Neste movimento, aquelas sujeitas que entre crônicas coloniais e manifestos contemporâneos foram tidas como objetos clássicos da Antropologia e recentes personagens históricas, manifestaram seu papel de protagonistas, não apenas da história de suas etnias, mas do futuro da humanidade e do planeta Terra.

‘DAR OUVIDOS’ ÀS VOZES NATIVAS

Os povos indígenas da América estão em resistência há mais de 500 anos contra a extinção de suas vidas e culturas. De forma mais sistêmica, estão organizados politicamente desde a década de 1970. Com suas ações de retomada de territórios, organização autônoma e manifestos ativistas, provocaram e inspiraram setores acadêmicos a derrubarem seus muros e realocalizarem seus quadros teóricos a fim de interromper a larga invisibilização do protagonismo nativo. É notável o avanço no sentido da História Indígena, mas também, nas abordagens – provocadas, igualmente, pelas lutas em prol da igualdade de gênero e acúmulos da História das Mulheres – rumo a uma História das Mulheres Indígenas e relações interétnicas de gênero.

Encerro lembrando o conselho de Silva e Silva (2010) de que nossa função enquanto historiadoras e historiadores não se trata (pelo menos, não mais) de “dar voz”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aos personagens subalternos e invisibilizados, mas sim “dar ouvidos” a estas vozes que se manifestaram por meio da luta política e povoaram a academia reivindicando seus lugares de protagonismo na história, no presente e, cada vez mais, no futuro.

FONTES

- I MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. *Território: nosso corpo, nosso espírito*. Brasília, 14 de agosto de 2019. Disponibilizado pelo Conselho Indigenista Missionário Cimi em 15 de agosto de 2019 <link>. Acessado em mar. 2021.
- ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. “Manifesto Nossa Luta é pela vida”. In: COMITÊ NACIONAL PELA VIDA E MEMÓRIA INDÍGENA. *Relatório Covid-19 e Povos Indígenas: o enfrentamento das violências durante a pandemia*. Novembro de 2020. Disponível em: <link>
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. *Manifesto das primeiras brasileiras. A originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena*. 2021. Disponível em: <link> Consultado em mar. 2021.
- DE BRY, Theodore. [Ed.] *Americae tertia pars memorabile provinciae Basiliae [...]* Frankfurt, Alemanha: Impensis Theodori de Bry, 1592. Versão Digital disponibilizada no Internet Archive <link>. Consultado em mar. de 2021.
- _____. [Ed.] *Das VII. Theil America. Warhafftige unnd liebriche Beschreibung [...]* Frankfurt, Alemanha: Offic. Theodori de Bry, 1597. Versão Digital disponibilizada pela Biblioteca Nacional <link>. Consultado em mar. 2021.
- ENCONTRO GLOBAL DE MULHERES INDÍGENAS. *Manifesto A cura da Terra*. 2020. Disponível em: <link> Consultado em mar. 2021.
- GUAJAJARA, Sônia. *A Cura da Terra*. Curta-metragem. Produção: Mídia Índia & Hackeo Cultural. 2020. 2’37” <link> Consultado em mar 2021.
- SCHMIDEL, Ulrich. *Vera historia, admirandae cuiusdam nauigationis, quam Huldericus [...]* Nuremberg: Levinus Hulsius. 1599 [1567]. Versão Digital disponibilizada pela John Carter Brown Library. Disponível em <link>. Consultado em mar. 2021.
- STADEN, Hans. *Warhaftig Historia und Beschreibung eyner Landschafft der Wilden [...]* Marburg, Germany: Andress Kolben. 1557. Versão digital disponibilizada pela Biblioteca Universitária da Baixa Saxônia. Disponível em <link>. Consultado em mar. 2021
- _____. *Portinari devora Hans Staden*. Org. Mary Lou Paris & Ricardo Ohtake. Prefácio de Fernando A. Novais. São Paulo: Terceiro Nome, 1998.
- TUPARI, Maria Leonice. *A Cura da Terra*. Curta-metragem. Produção: Mídia Índia & Hackeo Cultural. 2020. 2’37” <link> Consultado em mar 2021.
- XAKRIABÁ, Célia. *A Cura da Terra*. Curta-metragem. Produção: Mídia Índia & Hackeo Cultural. 2020. 2’37” <link> Consultado em mar 2021.
- XAVANTE, Tsitsinã. *A Cura da Terra*. Curta-metragem. Produção: Mídia Índia & Hackeo Cultural. 2020. 2’37”. Disponível em: <link> Consultado em mar. 2021.
- YAWALAPITI, Watatakalu. *A Cura da Terra*. Curta-metragem. Produção: Mídia Índia & Hackeo Cultural. 2020. 2’37” <link> Consultado em mar 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLUZZO, Ana Maria. “A propósito d'O Brasil dos Viajantes”. *Revista Usp*, n. 30, p. 6-19, 1996.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- CARDIM, Pedro. "Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América Portuguesa e Espanhola". In: CARDIM, P; DOMINGUES, A. & RESENSE, M.L.C. *Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019. pp. 29-84.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990 .
- CUNHA, Manuela Carneiro da. "Imagens de índios do Brasil: o século XVI". *Estudos avançados*, São Paulo , v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990. Disponível em: <link>. Consultado em mar. 2021.
- EL JABER, Loreley. "Asunción: El paraíso de Mahoma o la Sodoma del Plata: La mujer indígena en la conquista rioplatense". *Latin American Literary Review*, 29(58), 101-113, 2001. Disponível em: <link>. Consultado em mar. 2021.
- _____. *Espacio, conquista y relato: Las crónicas del Río de la Plata (siglos XVI y XVII)*. Tese (Doutorado em Letras) Universidad de Buenos Aires, 2008. 328p.
- CARRASCO, Cristina. "A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?". In: FARIA, Nalu & NOBRE, Miriam (Org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2003.
- FERNANDES, João Azevedo. "Três olhares sobre a mulher tupinambá". *Saeculum: Revista de História*, 2: 203-14, 1996.
- _____. "Cauinagens e bebedeiras: os índios e o álcool na história do Brasil". *Revista Antropológicas*, v. 13, n. 2, 2002.
- _____. *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*. Editora Universitária [epub], 2003.
- GARCIA, Elisa Frühauf Garcia. "Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del Río de la Plata: Asunción y San Vicente a mediados del siglo XVI". *Americania.*, v. 2, p. 39-73, 2015. Disponível em: <link> Consultado em Mar. 2021.
- _____. "'Mulheres Brasilis': as índias e a conquista do Brasil século XVI". In: REGO, A. A.; APOLINÁRIO, J. R. (Org.). *Novas histórias dos povos indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena*. Salvador: SAGGA, 2018. p. 80-102.
- _____. "Las categorías de la conquista: las mujeres nativas en el vocabulario del siglo XVI (São Vicente, Brasil)". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [on-line], Débats, 2019. Disponível em: <link>. Consultado em mar. 2021.
- HERZOG, Tamar. 2003. *Defining Nations. Immigrants and Citizens in Early Modern Spain and Spanish America*. New Haven-London: Yale University Press.
- INÁCIO DE OLIVEIRA, Andressa. *Mulheres brasilis, mulheres platinas: As representações das mulheres tupi-guarani nas Histórias Verdadeiras de Hans Staden e Ulrich Schmidl*. TCC Licenciatura em História. IHT-UFF, Elisa Frühauf Garcia (orientadora); Rachel Soihet (coorientadora). Niterói, 2019. 99f.
- KALIL, Luiz Guilherme Assis. *A conquista do Prata: análise da crônica de Ulrich Schmidl*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH – Unicamp, 2008. 194p. Disponível em: <link> Consultado em mar. De 2021.
- _____ & MARTINS, Maria Cristina Bohn. *Viagem ao Rio da Prata – Ulrich Schmidt e sua crônica quinhentista*. KALIL, L.G.A.; MARTINS, M.C.B. & OBERMEIER, Franz. 1ª ed. Judiaí: Paco Editorial, 2020.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. "A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI". *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A*, 4(2), 130–150, 1996. Disponível em:<link>. Consultado em mar. 2021.
- _____. "Os limites discursivos da história: imposição de sentidos". *Labrys: estudos feministas* (9), s.p., 2006. Disponível em: <link> Consultado em mar. 2021

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp. 2001.
- OBERMEIER, Franz. *Ulrich Schmidl's travel book to the La Plata-region. An early 16th century testimony by a German soldier*. Introdução à edição crítica em inglês publicada pelo próprio autor no Academia.edu. 2019. Disponível em: <link>. Consultado em mar. de 2021.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.
- RAMINELLI, Ronald José. “Mulheres canibais”. *Revista USP*, n. 23, p. 122-135, 1994. Disponível em <link>. Consultado em mar. 2021.
- _____. “Eva Tupinambá”. In: Del Priore, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.11-44.
- SILVA, Giovani José & SILVA, Joana Aparecida Fernandes. "História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente". *História Oral*, v. 13, n. 1, p. 33-51, jan.-jun. 2010.
- SCOTT, Joan Wallach. “Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), p. 1053-1075, 1986. Disponível em: <link>. Consultado em mar. 2021.
- VILLAS BÔAS, Luciana. “O relato de Viagem e a Transmissão de Conhecimento Empírico no Século XVI”. *Floema - Ano VI*, n. 6, p. 181-187, jan./jun. 2010.
- _____. “O Hans Staden de Portinari: esquecimento e memória do passado colonial”. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, v. 19, n. 27, p. 103-125, 2016. Disponível em: <link> Consultado em mar. De 2021.
- VOIGT, Lisa & Elio BRANCAFORTE (2014). “The Traveling Illustrations of Sixteenth-Century Travel Narratives”. *Publications of the Modern Language Association of America*, 129(3), 365-398.
- WHITEHEAD, Neil L. “Introduction”. In: STADEN, Hans. *Hans Staden's true story: an account of cannibal captivity in Brazil*. Ed. Neil L. Whitehead e trad. Michael Harbsmeier. Durham & London: Duke University Press, 2008.
- WHITEHEAD, Neil L. “Historical Writing about Brazil 1500-1800”. *The Oxford History of Historical Writing*, v. 3, n. 1400-1800, p. 641-661, 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

IMAGENS



Figura 1: Mulheres e crianças tupinambá ceiam (STADEN, 1557); [página 3]



Figura 4: O preparo do caium (STADEN, 1557); [página 4]



Figura 2: Releitura da Figura 1 (DE BRY, 1592); [página 3]



Figura 5: O trabalho de domesticação do cativo (STADEN, 1557); [página 5]



Figura 3: "Índias" (PORTINARI, 1941 In: STADEN, 1998); [página 4]

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021

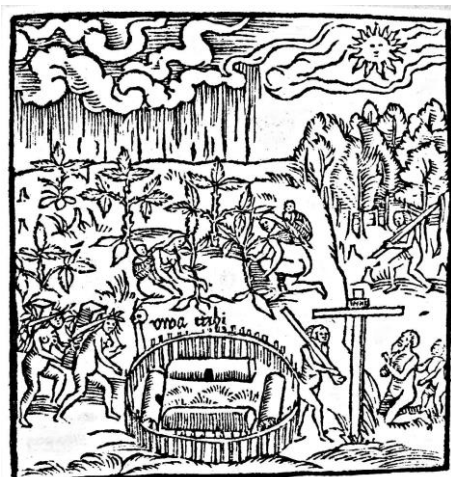


Figura 6: A colheita da mandioca e o cuidado das crianças (STADEN, 1557); [página 6]



Figura 8: Adorno da arma sacrificial e do cativo para o ritual antropofágico (STADEN, 1557); [página 6]

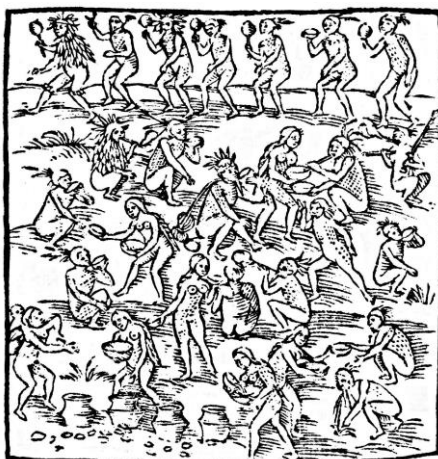


Figura 7: A regulação das caiunagens (STADEN, 1557); [página 6]



Figura 9: Homem e mulher auarani



Figura 10: Espanhóis Canibais em Buenos

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**



Figura 11: Imagem de divulgação do I Encontro Global de Mulheres Indígenas (2020) Arte de Elijo Dignidad. Foto de Lia Bianchini; [página 9]



Figura 12: Capa do Manifesto das primeiras brasileiras (2021) divulgado pela ANMIGA; [página 9]